

PROJETO EDUCATIVO 2020/2023

“POR UMA ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE”

JANEIRO DE 2021

[HTTP://AECM.EDU.PT](http://aecom.edu.pt)

PROJETO EDUCATIVO 2020/2023

PARECER FAVORÁVEL DO
CONSELHO PEDAGÓGICO EM 27/01/2021.

APROVADO EM REUNIÃO DE
CONSELHO GERAL DE ___/___/_____.

Índice

I - INTRODUÇÃO	4
1. Enquadramento legislativo	5
2. Metodologia de elaboração	5
II – MISSÃO	6
III – COMPROMISSOS	6
IV – CONTEXTUALIZAÇÃO	6
1. O Alto Minho	6
2. O concelho de Caminha	7
3. O Agrupamento de Escolas Sidónio Pais	8
3.1 Instalações e equipamentos.....	9
3.2 Pessoal docente	9
3.3 Pessoal não docente	10
3.4 Alunos.....	10
3.5 Ação Social Escolar	12
3.6 Resultados Escolares (Triénio 2016/2019)	13
3.7 Oferta educativa e ensino articulado.....	15
3.8 Pais e Encarregados de Educação e Associações de Pais.....	16
3.9 Constituição de Turmas e Orientação Vocacional.....	16
3.10 Contributos para o Plano de Ação Estratégica.....	17
3.11 Parcerias	17
V – VISÃO, VALORES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	18
1. Visão e valores	18
2. Objetivos estratégicos	19
VI – PLANO DE AÇÃO	20
VII – IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO	24
1. Instrumentos de implementação	24
2. Avaliação e Divulgação	24
VIII – SIGLAS E ACRÓNIMOS	26
IX – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26
X – DOCUMENTOS CONSULTADOS	27
XI – LEGISLAÇÃO	27

I - INTRODUÇÃO

Um dos maiores desafios que hoje se coloca à Escola é o de ser capaz de responder às constantes mudanças que se operam na sociedade e ser o motor das transformações que em consequência se tornam necessárias, ao mesmo tempo que deve afirmar a sua própria identidade, reconhecendo e potenciando as suas características próprias colocando-as ao serviço das grandes finalidades do sistema educativo, criando assim condições que permitam igualdade de oportunidades a todos os cidadãos no exercício pleno do direito ao acesso à educação consagrado na Constituição da República Portuguesa.

É neste contexto e no quadro dos princípios e das normas enunciados pela lei, que cabe ao Agrupamento de Escolas Sidónio Pais (AESP) o papel de elaborar um Projeto Educativo próprio que lhe permita reforçar a democratização do seu funcionamento, interagir com o meio, expressar a sua identidade, as linhas de força da sua ação educativa e as suas dinâmicas pedagógicas, concretizando desta forma a sua autonomia e a salvaguarda da qualidade do serviço público de educação. O Projeto Educativo é assim um documento estruturante de toda a ação educativa, constituindo um instrumento de planeamento estratégico que deve espelhar a missão e a visão do Agrupamento, os seus objetivos estratégicos, a sua cultura organizacional, os seus valores, normas e convicções, mas também uma ambição e um ideal mobilizador da ação de toda a comunidade educativa.

Com esse desígnio, o AESP concebeu o seu Projeto Educativo de forma a constituir um conjunto de decisões articuladas, partilhadas pela sua equipa educativa, visando dotar de maior coerência a sua atuação, concretizando as orientações curriculares de âmbito nacional, em propostas de organização e de intervenção pedagógico-didática, adequadas ao contexto específico da Comunidade onde se insere. A ação educativa desenvolvida por este Agrupamento tem como primordial centro de atenção os seus alunos sobre quem, com sensibilidade e sentido de responsabilidade, converge todo o trabalho desenvolvido, em resultado do qual, não obstante constrangimentos e novos desafios com que constantemente nos deparamos, será possível, com a resiliência e a participação de todos os intervenientes no processo educativo, dotar as crianças e os jovens do AESP com os conhecimentos, as capacidades e competências necessárias para desempenharem, com dignidade, o seu papel de cidadãos de pleno direito na Sociedade onde se integram.

Desta forma, para o horizonte temporal 2020-2023, o Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas Sidónio Pais pretende estabelecer um contrato entre os diversos atores e parceiros da comunidade educativa, tendo por base um compromisso entre diferentes conceções, sensibilidades e perspetivas, ao mesmo tempo que constitui um verdadeiro plano estratégico que consagra a sua orientação educativa e através do qual se

pretende operacionalizar um modelo de gestão com a máxima autonomia e sentido de responsabilidade social tendo por lema “POR UMA ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE” ao serviço da Comunidade.

1. Enquadramento legislativo

O Projeto Educativo é “o documento que consagra a orientação educativa do Agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, elaborado e aprovado pelos órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o Agrupamento de escolas ou escola não agrupada se propõe cumprir a sua função educativa.”

(Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho)

Foi com este enquadramento de princípios e normas legais que foi desenvolvido o processo de construção do Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, no qual foi adotada a metodologia que a seguir se descreve.

2. Metodologia de elaboração

O AESP reúne a totalidade dos estabelecimentos de ensino públicos do concelho de Caminha. Por convocatória da diretora do Agrupamento, reuniu um Grupo de Trabalho com a missão de preparar uma proposta do Projeto Educativo, a ser debatido no seio do Agrupamento, de modo a vigorar no triénio 2020-2023. O Grupo de Trabalho foi constituído tendo em conta a representatividade dos vários corpos constituintes do Agrupamento — professores, alunos, assistentes operacionais e técnicos, encarregados de educação —, bem como dos diversos níveis de ensino, do pré-escolar ao ensino secundário. Por decisão tomada na sua reunião inicial, subdividiu-se este grupo em pequenos grupos setoriais, que por razões de eficiência trabalharam separadamente aspetos diversos do documento, reunindo-se periodicamente em plenário para fazer o ponto de situação. A metodologia adotada por cada um dos grupos setoriais para a elaboração das suas propostas de texto, assentou na: (a) análise documental — da legislação; dos projetos educativos anteriores; dos resultados das mais recentes inspeções e avaliações externas do Agrupamento; de outra documentação, (b) análise estatística — dos dados reunidos no âmbito da avaliação interna e externa dos anos mais recentes. Na fase final do processo, após consulta dos departamentos curriculares, o Conselho Pedagógico avocou a si a versão final do documento a levar posteriormente pela Diretora à aprovação do Conselho Geral do Agrupamento.

II – MISSÃO

O Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, Caminha, enquanto unidade orgânica de ensino público, tem por missão contribuir para o sucesso escolar e pessoal das crianças e dos jovens desta geração global, alicerçado numa educação e formação de qualidade para o exercício de uma cidadania inclusiva, ativa e consciente.

III – COMPROMISSOS

Garantir uma gestão integrada e eficaz dos recursos humanos, materiais e financeiros.

Criar condições para a melhoria do sucesso escolar.

Promover a gestão articulada e o trabalho colaborativo.

Aprofundar práticas de autonomia e flexibilidade curricular.

Consolidar uma cultura de autoavaliação.

Melhorar a participação e o envolvimento da comunidade na vida do AESP.

Conceber um plano de formação para docentes, não docentes e pais e encarregados de educação.

Consolidar a imagem externa do AESP.

IV – CONTEXTUALIZAÇÃO

1. O Alto Minho

O Alto Minho estende-se por uma área de 2218 Km² correspondendo à NUT III do Minho-Lima e engloba, para além de Caminha, mais nove municípios, Valença, Monção, Melgaço, Paredes de Coura, Vila Nova de Cerveira, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo, nos quais, segundo os últimos dados do INE, residem 230.412 cidadãos, acentuando-se nos últimos anos o decréscimo populacional da região.

Em termos de educação e qualificação, a população do Alto Minho — Caminha não é exceção, apesar de estar acima da média regional —, tem globalmente um nível de escolaridade mais baixo do que a média nacional, o mesmo sucedendo com o nível de qualificação dos trabalhadores. Ainda assim, como nota positiva, a região apresenta taxas brutas de escolarização, quer na educação pré-escolar, quer nos ensinos básico e secundário, superiores à média nacional, sendo reduzidas as taxas de retenção e desistência no ensino básico e superior a 90% a percentagem de conclusão no ensino secundário. Em contrapartida, o cenário ao nível da formação superior é penalizador para o Alto Minho, onde a taxa de escolarização no ensino superior (23%) é inferior à média da região Norte (34%) e nacional (36%).

2. O concelho de Caminha

O concelho de Caminha abrange uma área de cerca de 136,5 km², que acolhe uma população de 15.877 pessoas (de acordo com os dados do INE referentes a 2019), distribuídas pelas suas 20 freguesias, organizadas em 14 autarquias de freguesia: Âncora, União de Arga de Baixo, Arga de Cima e Arga de S. João, Argela, União de Caminha e Vilarelho, Dem, Lanhelas, União de Moledo e Cristelo, União de Orbacém e Gondar, Riba de Âncora, Seixas, União de Venade e Azevedo, Vila Praia de Âncora, Vilar de Mouros e Vile. Os vales do rio Minho, do rio Coura e do rio Âncora estruturam o território, conferindo-lhe um papel importante na sua organização. O concelho é limitado a sul pelo concelho de Viana do Castelo, a norte pelo rio Minho, a nascente pelos concelhos de Vila Nova de Cerveira e Ponte de Lima e a poente pelo Oceano Atlântico. Caminha encontra-se geograficamente localizada num ponto estratégico de fronteira com a Espanha (Galiza), a cerca de 90 km da cidade do Porto e a 45 minutos da sua área metropolitana. No que diz respeito à organização do território, Caminha integra desde 2009 a Comunidade Intermunicipal do Minho–Lima que agrupa a totalidade dos concelhos do Alto Minho.

Caminha é uma povoação com uma longa história cujas origens se perdem no tempo, subsistindo ainda vestígios de épocas proto e pré-históricas e sobretudo da cultura castreja. Na época romana, muitas das freguesias do concelho terão sido pontos de controlo do comércio dos metais que percorriam as águas do Rio Minho e desse período ficaram pontes, caminhos e outros monumentos. Após uma breve ocupação muçulmana, durante a reconquista cristã, como sede de um condado, teria já um castelo e era um ponto avançado na estratégia militar portuguesa na luta contra castelhanos e leoneses. Depois da nacionalidade, D. Dinis mandou aumentar as muralhas e a 24 de Julho de 1284 outorgou aos habitantes do concelho a primeira Carta de Foral. A vila conservou-se na posse da Coroa até que em 1371 D. Fernando criou o Condado de Caminha, sendo que em 1390 D. João I lhe concederia o privilégio de “porto franco”, o que provocou o desenvolvimento da vida marítima e do comércio, permitindo também o início da construção da Igreja Matriz, possivelmente em 1488. D. Manuel concedeu ao município novo foral em 1 de Junho de 1512, já depois de D. Afonso V fazer senhor de Caminha a D. Henrique de Meneses, da Casa de Vila Real, nesta família se conservando até 1641 quando, com a criação de uma alcaidaria-mor, entrou na posse da Casa do Infantado até à sua extinção com o liberalismo em 1834.

À entrada do século XX, no seio da região alto-minhota, o concelho caminhense afirmava a sua urbanidade litoral e superava os níveis de desenvolvimento nacional com 50% de trabalhadores agrícolas e 25% de ativos na indústria. A riqueza produzida, desigualmente distribuída, não era, porém, suficiente para alimentar uma população em acelerado crescimento, o que justificava a necessidade de uma forte emigração para o Brasil para escapar à miséria. Uma necessidade que se repetiria a partir da década de sessenta desse século, quando milhares de caminhenses, à procura de trabalho, se viram forçados a emigrar para a França, a Alemanha ou o Luxemburgo, sem esquecer o Brasil que continuaria ainda por alguns anos como destino para alguns. Com as alterações políticas de ordem interna — o 25 de Abril de 1974 e o conseqüente fim da Guerra Colonial — e o

impacto económico da crise mundial do petróleo nos anos setenta, iniciou-se um movimento de regresso de muitos caminhenses ao concelho. Para isso também contribuiu o surto de construção civil dos anos oitenta e noventa, o crescimento das atividades relacionadas com o comércio e o turismo (restauração e hotelaria), o aumento da oferta de emprego em serviços públicos (educação, saúde, autarquia, justiça e segurança) e a instalação no concelho de algumas indústrias de média dimensão.

Um estado de coisas que perdurou até há bem pouco tempo, mas que se encontra à entrada da terceira década do século XXI ameaçado pelos efeitos conjugados da globalização mundial e de uma recorrente crise económica nacional, provocando a falência das poucas fábricas locais e ameaçando mesmo o comércio e os serviços. Sendo Caminha um concelho rico em termos ambientais, paisagísticos e usufruindo de variados e qualificados recursos naturais, patrimoniais e culturais, procura-se, pois, na atualidade basear a sua sustentabilidade sobretudo no turismo, principalmente na época balnear, mas também ao longo do ano, já que são muitas as pessoas que escolhem a região como destino e local de segunda residência.

FONTES: *Instituto Nacional de Estatística - Anuário Estatístico da Região Norte: 2018. Lisboa: INE, 2019; Sítio PORDATA [consultado em 20-11-2020].*

3. O Agrupamento de Escolas Sidónio Pais

	Refeitório	Cozinha	Biblioteca	Laboratório	Sala pessoal não docente	Serviços administrativos	S. atendimento enc. educação	Sala pessoal docente	Pavilhão	Sala de desenho	Sala informática
EBS-Sidónio Pais	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	4
EBS-Vale Âncora	1	1	1	2	1	1	1	1			2
EB1/JI Caminha	1		1					1			
EB1 Moledo								1			
EB1/JI Seixas	1							1			
EB1/JI Dem	1	1						1			
EB1 Lage	1										
EB1/JI Loução-Venade	1										
EB1 Perafita-Lanhelas	1							1			
EB1/JI Torre V. Mouros	1										
EB1 Vilarelho	1										
Ji Igreja-Âncora	1										
Ji Moledo	1										
Ji VPA	1							1			1
TOTAIS	13	3	3	4	2	2	2	8	1	1	7

3.1 Instalações e equipamentos

O Agrupamento de Escolas Sidónio Pais (AESP) de Caminha é constituído por catorze edifícios, nomeadamente: 3 Jardins de Infância (Âncora, Moledo e Vila Praia de Âncora); 4 EB1 (Âncora, Lanhelas, Moledo e Vilarelho); 5 EB1/JI (Caminha, Dem, Seixas, Venade e Vilar de Mouros) e 2 Escolas Básicas e Secundárias (Vale do Âncora e Sidónio Pais – escola sede).

As EBS Sidónio Pais (escola sede) e a Vale do Âncora estão atualmente a ser ampliadas e melhoradas pelo que não é possível, neste momento, identificar corretamente os espaços físicos. Quando as obras estiverem concluídas, será reformulada a parte respeitante a estas instalações.

Todos os edifícios possuem refeitório, com exceção da EB1 de Moledo. As refeições são asseguradas pelas três cozinhas do Agrupamento, situadas na escola sede, na EBS do Vale do Âncora e na EB1/JI de Dem. A EB1 de Moledo é assegurada pela cozinha e refeitório do Centro Social e Paroquial de Moledo. O transporte das refeições é realizado pela Câmara Municipal de Caminha. O JI de Vila Praia de Âncora também tem cozinha equipada, mas não está em funcionamento.

Para além dos refeitórios, existem três Bibliotecas escolares que apoiam todas as outras escolas, situando-se uma na EB1/JI de Caminha, outra na EBS do Vale do Âncora e outra na EBS Sidónio Pais; quatro laboratórios (dois na EBS Sidónio Pais e dois na EBS do Vale do Âncora) e uma sala de pessoal não docente em cada uma delas. Tanto na escola sede como na EBS do Vale do Âncora, existem instalações de serviços administrativos, de atendimento a pais e encarregados de educação e salas de pessoal docente. As Salas de pessoal docente apenas existem na EBS Sidónio Pais, na EBS do Vale do Âncora, EB1/JI de Caminha, EB1 de Moledo, EB1/JI de Seixas, EB1/JI de Dem, EB1 de Lanhelas e no JI de Vila Praia de Âncora.

Para a atividade física só existe pavilhão gimnodesportivo exclusivo na escola sede, sendo necessário nas restantes escolas recorrer a equipamentos desportivos municipais para o desenvolvimento das referidas atividades de educação física e de desporto escolar. Só existem salas específicas de artes visuais e laboratórios na EBS do Agrupamento. Salas de informática apenas existem na EBS Sidónio Pais, na EBS do Vale do Âncora e no JI de Vila Praia de Âncora.

Os Jardins de Infância e as Escolas do 1.º Ciclo funcionam em instalações de diferentes tipologias. As Atividades de Enriquecimento Curricular funcionam nos edifícios onde decorrem as atividades letivas. Todos os edifícios têm casas de banho e uma sala de atividades para cada grupo/turma. A dispersão dos edifícios onde funcionam os Jardins de Infância e as Escolas do 1º CEB dificulta a partilha de recursos físicos e materiais.

3.2 Pessoal docente

A educação e o ensino são assegurados por uma equipa composta por 215 docentes, dos quais 85,1% pertencem aos quadros do Agrupamento e da zona pedagógica, 160 apresentam idades compreendidas entre os 40 e os 60

anos, pelo que 79 docentes têm uma experiência profissional de mais de 20 anos de atividade e 86 mais de 30 anos ao serviço da docência.

Categoria	Quadro de Agrupamento		Quadro de escola		Quadro de Zona		Contratado		TOTAL
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
TOTAL	125	58,14	18	8,37	40	18,61	32	14,88	215

Número de docentes por idade e tempo de serviço (antiguidade)						
Idade/antiguidade	Até 4 anos	Entre 5 e 9 anos	Entre 10 e 19 anos	Entre 20 e 29 anos	30 ou mais	TOTAL
Entre 30 e 40 anos	4	6	5	0	0	15
Entre 40 e 50 anos	6	4	22	41	0	73
Entre 50 e 60 anos	0	0	2	33	52	87
Mais de 60 anos	0	0	1	5	34	40
TOTAL	10	10	30	79	86	215

Dados de novembro de 2020

3.3 Pessoal não docente

O corpo de pessoal não docente é composto por 114 profissionais distribuídos pelos diferentes estabelecimentos escolares do AESP, assegurando todo o serviço operacional e técnico necessário ao bom funcionamento das unidades escolares.

Categoria Profissional	Assistente Operacional Caminha	Assistente Operacional VPA	Assistente técnico Caminha	Assistente técnico - VPA	TOTAL
Secretaria			9	2	11
Serviços	24	22			46
Cozinha	7	6			13
EB1	22				22
Jl	22				22
TOTAL	75	28	9	2	114

3.4 Alunos

No ano letivo 2020-2021, o Agrupamento é frequentado por 1604 crianças/alunos, agrupados em 106 turmas/classes, distribuídos de acordo com os dados distribuídos nos quadros seguintes:

Número de alunos por escola e ciclo						
Escolas/ciclos	Jardins Infância	1º ciclo	2ºciclo	3º ciclo	Secundário	Total
EBS Sidónio Pais Caminha	--	--	141	212	218	571
EBS Vale do Âncora VPA	--	106	117	165	66	454
EB1/JI Caminha	36	91	--	--	--	127
EB1 Cruzeiro Moledo	--	82	--	--	--	82
EB1 Cruzeiro Seixas	12	31	--	--	--	43
EB1 Perafita Lanhelas	--	22	--	---	--	22
Centro Escolar Vilar de Mouros	10	20	--	---	--	30
Centro Escolar Venade	19	29	--	--	--	48
Centro Escolar Dem	15	13	--	--	--	28
EB1 Lage	--	40	--	---	--	40
EB1 Vilarelho	--	27	--	--	--	27
JI – Moledo	38	--	---	--	--	38
JI -Igreja -Âncora	18	--	--	--	--	18
JI - VPA	76					76
TOTAIS	224	461	258	377	284	1604*

*Alunos efetivos

Número de alunos e turmas		
AESP	Nº de alunos	Nº de turmas
Jardim infância	224	12
Ensino básico		
1º ano	118	12
2º ano	131	12
3º ano	111	11
4º ano	101	10

5º ano	136	7
6º ano	122	7
7º ano	120	6
8º ano	124	7
9º ano	133	7
Ensino secundário		
10º ano	98	5
11º ano	109	5
12º ano	77	4
TOTAL	1604*	106

3.5 Ação Social Escolar

No presente ano letivo de 2020/2021, 36,53% dos alunos do ensino básico e secundário beneficia de apoios, seja no escalão A, seja no escalão B da ASE, como se pode verificar no quadro abaixo.

Na Educação Pré-Escolar, os números indicados correspondem às crianças que beneficiam dos escalões 1 a 5 da Ação Social Escolar, de acordo com informação atualizada disponibilizada pelo município.

Número de alunos por escalão de ação social escolar - ASE								
	Ano	Escalão A	Escalão B	Total Sem escalão	Total com escalão	Total alunos	% alunos s/ ASE	% alunos c/ ASE
Pré-escolar	--	--	--	123	106	229	--	--
Ensino básico	1º	8	15	94	23	117*	80,34	19,66
	2º	19	27	88	46	134*	75,21	34,33
	3º	16	15	80	31	111	68,38	27,93
	4º	13	21	67	34	101	57,26	33,66
	5º	25	40	71	65	136	60,68	47,79
	6º	25	27	73	52	125*	62,39	41,60
	7º	23	30	70	53	123*	59,83	43,09
	8º	20	30	74	50	124	63,25	40,32
	9º	20	30	87	50	137*	74,36	36,50
Ensino secundário	10º	21	30	47	51	98	40,17	52,04
	11º	16	20	72	36	108*	61,54	33,33
	12º	5	17	56	22	78*	47,86	28,21

TOTAL		211	302	879	513	1616*		
--------------	--	-----	-----	-----	-----	--------------	--	--

*A oscilação do total de nº de alunos nos quadros apresentados deve-se à diferença entre o número de alunos matriculados e o número de alunos efetivos.

3.6 Resultados Escolares (Triénio 2016/2019)

Relativamente ao sucesso académico dos alunos do AESP, face aos resultados de avaliação interna referentes ao triénio 2017-2020 (Tabela 1), verifica-se que a taxa de sucesso escolar se encontra acima das médias nacionais, em todos os níveis de escolaridade. Constata-se, ainda, uma progressiva melhoria dos resultados dos alunos ao longo dos últimos anos em análise, quer no ensino básico, quer no ensino secundário.

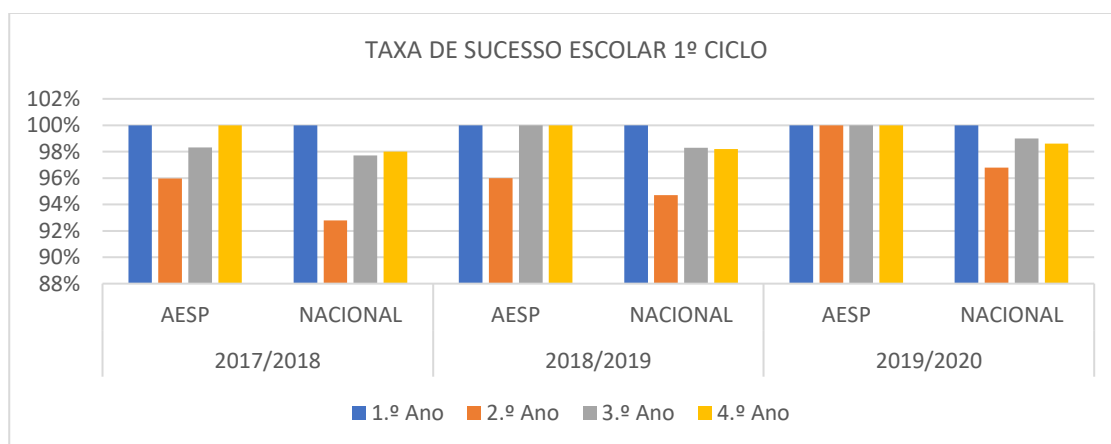


Tabela 1 – Resultados dos alunos do 1ºciclo do AESP comparativamente com a média nacional (MISI)

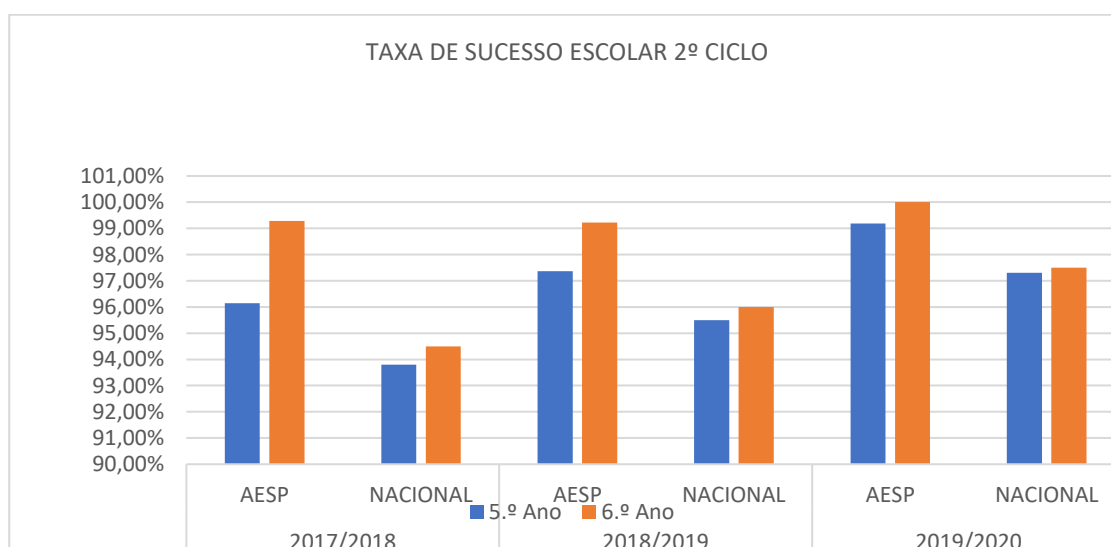


Tabela 2 – Resultados dos alunos do 2ºciclo do AESP comparativamente com a média nacional (MISI)

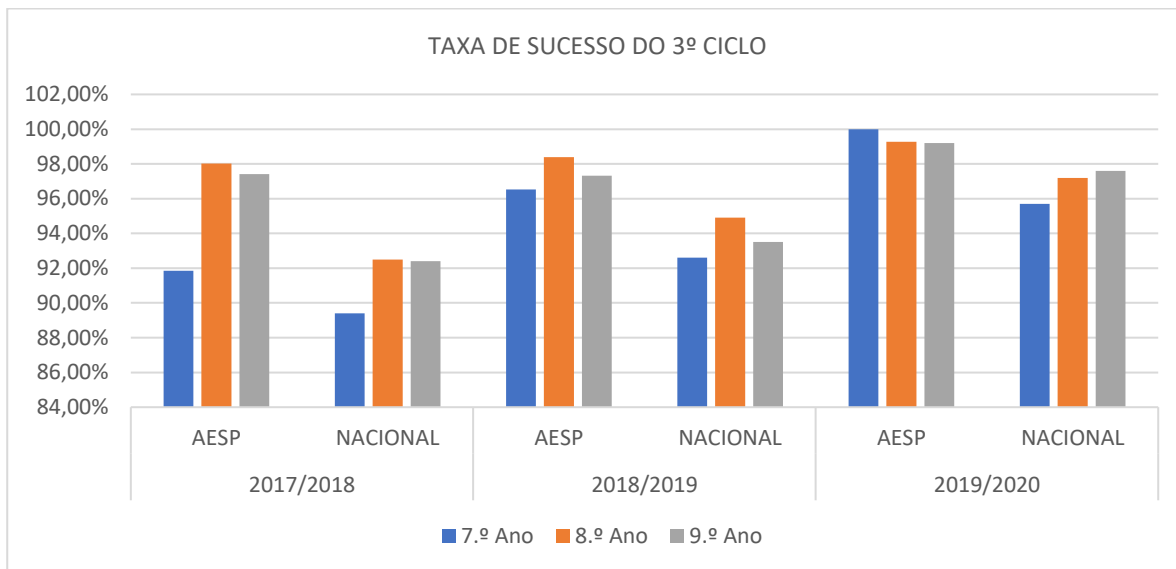


Tabela 3 – Resultados dos alunos da 3ºciclo do AESP comparativamente com a média nacional (MISI)

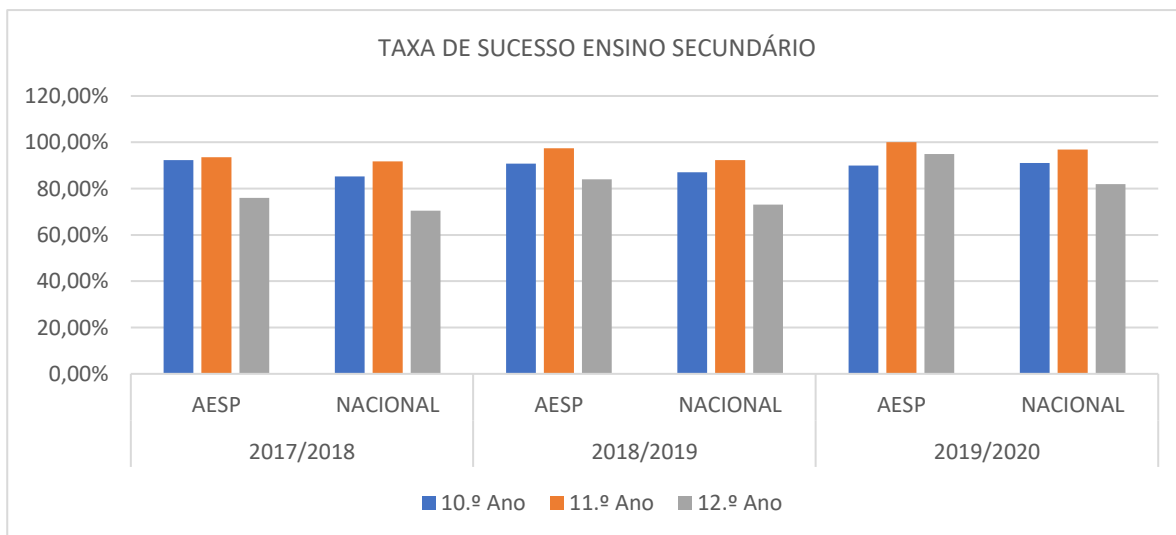


Tabela 4 – Resultados dos alunos do ensino secundário do AESP comparativamente com a média nacional (MISI)

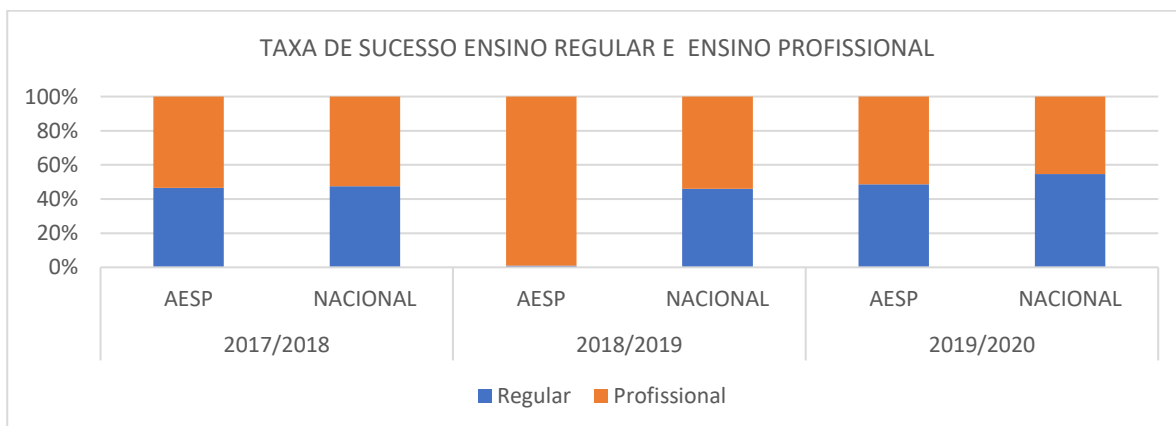


Tabela 5 – Resultados dos alunos do ensino regular e ensino profissional da AESP comparativamente com a média nacional (MISI)

O número de alunos transitados/aprovados tem vindo a crescer progressivamente entre 2017 e 2020. Verifica-se uma significativa descida de alunos retidos em todos os ciclos de ensino, com especial destaque para o Ensino Secundário.

		Transição/conclusão					
Ano Letivo		2017/2018		2018/2019		2019/2020	
Indicador por Ciclo		Não transitou	Não concluiu	Não transitou	Não concluiu	Não transitou	Não concluiu
Pré-escolar							
1.º ciclo	1.º Ano						
	2.º Ano	5		4			
	3.º Ano	2					
	4.º Ano						
2.º ciclo	5.º Ano	5		3		1	
	6.º Ano		1		1		
3.º ciclo	7.º Ano	11		5			
	8.º Ano	3		2			
	9.º Ano		3		4		
Ensino Básico	Total	26	4	14	5	1	
Secundário	10.º Ano	7		9		12	
	11.º Ano	4		2			
	12.º Ano		19		12		3
	Total	11	19	11	12	12	3
Total AESP		37	23	25	17	13	3

Tabela 6 - N.º de alunos que (não) transitaram de ano / (não) concluíram o ciclo de ensino (MSI)

Conclui-se que, sendo obviamente motivo de satisfação os bons níveis de desempenho que têm sido alcançados nos últimos anos letivos, em matéria de resultados escolares, as ambições do AESP são norteadas por um ideal que consiste em alcançar a meta, difícil, mas não utópica, do sucesso pleno de todos os alunos que frequentam este Agrupamento.

3.7 Oferta educativa e ensino articulado

A oferta complementar do Agrupamento deve contemplar com especial ênfase a educação para a cidadania. Por sua vez, nos 7.º/8.º anos de escolaridade, a matriz curricular nacional prevê disciplinas de Oferta de Escola, preferencialmente nas áreas das expressões plástica e dramática, bem como do património, com a introdução no currículo do 3º ciclo da disciplina EDPS (Educação Patrimonial e Sustentabilidade), assim como nas novas tecnologias.

No desenvolvimento do projeto educativo e no âmbito do 1.º ciclo, as escolas do Agrupamento devem proporcionar aos alunos atividades de enriquecimento do currículo de carácter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural. Finalmente, na educação pré-escolar, devem ser garantidas às crianças atividades de animação e apoio à família.

O regime articulado é uma forma de frequentar o ensino artístico especializado da Música em que as escolas do Agrupamento e a Academia de Música Fernandes Fão articulam a sua ação pedagógica de forma a aliviar a carga horária dos alunos do Agrupamento matriculados nestas últimas e não duplicar disciplinas. Nesta modalidade, o aluno frequenta um plano de estudos especificamente adaptado, em que as disciplinas das escolas especializadas de música citadas substituem as disciplinas de formação artística da escola regular.

3.8 Pais e Encarregados de Educação e Associações de Pais

As associações de pais e encarregados de educação apoiam e colaboram nas atividades propostas pelas educadoras e professores e organizam outras sob sua proposta, tendo a possibilidade de as incluir no Plano Anual do Agrupamento.

As associações existentes são as seguintes: Associação de Pais do Coura e Minho; Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos dos Estabelecimentos de Ensino do Vale do Âncora; Associação Pais na Escola; Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Primária de Caminha; Associação de Pais de Moledo; Associação de Pais de Vilarelho; Associação de Pais da Lage.

No início de cada ano letivo e em todas as turmas / grupos dos diferentes estabelecimentos de ensino do Agrupamento, são eleitos os representantes dos pais da turma / grupo cuja função é favorecer a articulação entre os pais e encarregados de educação e os docentes.

3.9 Constituição de Turmas e Orientação Vocacional

Na constituição das turmas do Agrupamento, de acordo com a legislação em vigor (nomeadamente o Despacho normativo n.º 7-B/2015 dos Gabinetes dos Secretários de Estado do Ensino e da Administração Escolar e do Ensino Básico e Secundário) e o quadro axiológico que enquadra este Projeto Educativo, devem prevalecer critérios de natureza pedagógica e respeitada a heterogeneidade das crianças e jovens, competindo à Direção, ouvido o Conselho Pedagógico, aplicá-los no quadro de uma eficaz gestão e rentabilização de recursos humanos e materiais existentes, atendendo ainda a outros critérios que sejam determinantes para a promoção do sucesso e para a redução do abandono escolar.

O processo de orientação profissional e escolar, desenvolvido no 9º ano de escolaridade, assume fulcral importância nas escolhas dos discentes, no que se refere ao seu percurso escolar/profissional no ensino secundário. Uma escolha refletida e fundamentada, por parte dos alunos, consolida a melhoria dos resultados no Agrupamento, uma vez que os discentes tomarão decisões mais assertivas no que concerne ao seu futuro. As escolhas das áreas e das disciplinas são uma das bases dos critérios de constituição das turmas. Não é possível dissociar tais escolhas da oferta de cursos do Agrupamento, quer na via Científico-humanística quer na respeitante aos cursos profissionais.

3.10 Contributos para o Plano de Ação Estratégica

É fundamental reforçar a valorização do mérito do aluno, a todos os níveis, com diferentes ações e iniciativas que o AESP poderá levar a cabo em parceria com os diferentes organismos que com ele colaboram, respeitando a Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, Estatuto do Aluno e Ética Escolar, que consagra os seguintes objetivos: promover, em especial, o mérito, a assiduidade, a responsabilidade, a disciplina, a integração dos alunos na comunidade educativa e na escola, a sua formação cívica, o cumprimento da escolaridade obrigatória, o sucesso escolar e educativo e a efetiva aquisição de conhecimentos e capacidades.

É igualmente importante reforçar e manter as medidas de apoio pedagógico individualizado, o apoio ao estudo fora da sala de aula, a coadjuvação dentro da sala de aula, as tutorias, e os gabinetes de apoio ao aluno.

A definição de medidas no Plano de Ação Estratégica do AESP deve considerar os resultados escolares, as dificuldades evidenciadas pelos alunos e as metas educativas propostas para o próximo triénio.

A prática do exercício físico, num contexto de promoção da Educação para a Saúde, é uma área que tem vindo a destacar-se no seio escolar, por se assistir a uma diminuição da atividade física dos alunos, fruto de diversos fatores, sendo um deles a era digital que caracteriza a nossa sociedade, a qual além dos benefícios e progressos com que nos presenteou, criou também uma dependência exagerada dos aparelhos de comunicação, arrastando os jovens para uma vida mais sedentária, originando, por consequência, problemas ao nível da saúde tais como a obesidade, a diabetes, a hipertensão e ainda problemas do foro psicológico, que convém combater com medidas específicas, evitando-se, de futuro, pagar uma fatura social mais elevada. As parcerias que são possíveis desenvolver com as entidades locais desde o Centro de Saúde de Caminha e Vila Praia de Âncora, Serviços de Psicologia e Orientação da Câmara Municipal de Caminha, Clubes Desportivos, e outros, permitirão evoluir na diversificação da oferta do AESP.

3.11 Parcerias

No quadro da sua ação educativa, o Agrupamento tem parcerias estabelecidas e protocolos celebrados com diversas entidades públicas, privadas ou cooperativas da sociedade civil local e regional, a saber:

- Academia de Música de Viana do Castelo;
- Academia de Música Fernandes Fão;
- Academia Sénior de Caminha;
- Amigos da Rede de Bibliotecas de Caminha;
- Associação Cultural e Pedagógica Ponte... nas Ondas! (Galiza - Espanha);
- Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO);
- Associação Moledense de Instrução e Recreio (AMIR);
- Associação Protetora dos Animais de Caminha “Selva dos Animais Domésticos”;

- Bombeiros Voluntários de Caminha;
- Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora;
- Câmara Municipal de Caminha;
- Casa do Povo de Lanhelas;
- Centro de Formação Vale do Minho;
- Centro de Recursos para a Inclusão (CRI), de Viana do Castelo;
- Centro Social e Paroquial de Moledo;
- Clube Andebol de Caminha;
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ);
- Corema;
- Ethos – Associação de Terapia, Educação e Assistência Animal;
- Fundação de Serralves;
- Fundação dos Amigos do Autismo (AMA);
- Instituto Politécnico de Viana do Castelo;
- Jornal Digital Regional Caminha@2000;
- Juntas de Freguesia;
- Município de Pontault-Combault (França);
- Nuceartes;
- Paróquias;
- Rádio Jornal Caminhense;
- Rede de Bibliotecas de Caminha;
- Rede Social de Caminha;
- Rotary Club de Caminha;
- Santa Casa da Misericórdia de Caminha;
- Sporting Club Caminhense;
- Unidade Local de Saúde;
- Universidade do Minho;
- Universidade do Porto.

V – VISÃO, VALORES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1. Visão e valores

O AESP assume como visão estratégica o reforço do seu papel como espaço privilegiado de ensino e formação que promove conhecimentos, capacidades e competências, através da realização de aprendizagens

significativas capazes de conduzir ao sucesso pessoal e social dos alunos bem como ao exercício de uma cidadania responsável. Promover a educação integral de crianças, jovens e adultos, assegurar a igualdade de oportunidades e a qualidade do serviço educativo, fomentar a criatividade e a inovação, bem como o exercício de uma cidadania mais responsável, são os grandes propósitos do AESP, que assume um quadro axiológico onde se destacam os valores da:

- **Solidariedade**, no respeito pelas diferenças, no atender às necessidades individuais, proporcionando as condições favoráveis ao crescimento pessoal e à aprendizagem;
- **Respeito pelo outro**, na atitude pessoal e comunitária de aceitar valores diversos dos adotados pelo grupo de pertença original;
- **Democraticidade**, garantindo a representatividade, a participação e a cidadania ativa;
- **Identidade**, garantindo a defesa dos valores históricos, estéticos, artísticos, patrimoniais (históricos e ambientais), culturais e de identidade local;
- **Responsabilidade partilhada**, promovendo as sinergias necessárias para atingir objetivos comuns, abrangendo todos os elementos da comunidade escolar alargada;
- **Inovação**, através da abertura à mudança, do acolhimento e promoção de boas práticas e do estímulo da criatividade;
- **Eficiência**, através de um trabalho metódico, refletido, organizado e disciplinado, para a obtenção de sucesso abrangente, empenhado e persistente.

2. Objetivos estratégicos

- Desenvolver a qualidade do serviço público da educação em geral, das aprendizagens e dos resultados escolares, em particular;
- Promover a equidade social;
- Integrar nos planos e processos de ensino-aprendizagem as variáveis locais de contexto, nomeadamente ao nível patrimonial, cultural e ambiental;
- Assegurar as melhores condições de estudo e de trabalho;
- Observar o primado dos critérios de natureza pedagógica;
- Assegurar a estabilidade e a transparência da gestão e administração escolar;
- Proporcionar condições para a participação efetiva dos membros da comunidade educativa.

VI – PLANO DE AÇÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO A: CONSOLIDAR A IDENTIDADE DO AGRUPAMENTO				
OBJETIVOS OPERACIONAIS	N.º	METAS	RESPONSÁVEL	INDICADORES DE MEDIDA/EVIDÊNCIAS
A1 – Aumentar a eficácia na comunicação interna e externa	1	Potenciar e manter atualizado o site do Agrupamento.	Equipa PCA	Número de acessos
	2	Nomear uma equipa para elaboração, execução e avaliação de um plano de comunicação do Agrupamento (PCA).	Direção	Plano de comunicação e relatório de avaliação
	3	Repensar a denominação oficial e a imagem gráfica do Agrupamento.	Direção, Conselho Geral e Município	Concretização
	4	Divulgar anualmente em documento próprio a oferta educativa do Agrupamento.	Direção	Material produzido
	5	Integrar as redes sociais no plano comunicacional do Agrupamento, envolvendo os alunos neste processo.	Equipa PCA	Concretização
A2 – Promover maior proximidade do Agrupamento à comunidade educativa	1	Criar dispositivos abertos à comunidade educativa para recolha de sugestões e/ou reclamações.	Equipa de Autoavaliação	Número de contributos recebidos
	2	Formalizar parcerias com entidades locais e nacionais.	Direção / Coordenador do PAA	Relatório de Avaliação do PAA
	3	Promover e incentivar a participação dos pais e encarregados de educação na vida do Agrupamento.	ETG/DTT/DT	Elementos estatísticos relativos à participação
	4	Promover e incentivar a participação da comunidade educativa num projeto com repercussão nacional.	Direção / Coordenador do PAA	Informação sobre o projeto
A3 – Promover maior proximidade do Agrupamento ao mundo global	1	Realizar pelo menos uma atividade em parceria com um município ou escola da Galiza.	Comunidade escolar	Concretização / registos produzidos
	2	Reativar a parceria com a Associação “Ponte nas Ondas”.	Comunidade escolar	Concretização / registos produzidos
	3	Formalizar, pelo menos, duas parcerias anuais com instituições do ensino superior portuguesas.	Comunidade escolar	Concretização / registos produzidos
	4	Formalizar, pelo menos, duas parcerias anuais com empresas locais, regionais ou nacionais.	Comunidade escolar	Concretização / registos produzidos
	5	Participar em, pelo menos, um projeto europeu.	Comunidade escolar	Concretização / registos produzidos

	6	Criar um fórum regular para tratamento e debate, entre alunos e professores, de assuntos da atualidade.	Coordenador de Cidadania	Concretização / registros produzidos
OBJETIVO ESTRATÉGICO B: PROMOVER A CIDADANIA				
OBJETIVOS OPERACIONAIS	N.º	METAS	RESPONSÁVEL	INDICADORES DE MEDIDA/EVIDÊNCIAS
B1 – Sensibilizar para os valores da Cidadania, nomeadamente para o respeito pelo outro, direitos, responsabilidades e deveres	1	Realizar, pelo menos, três atividades ou projetos ligados à promoção da cidadania por cada ciclo.	Comunidade educativa / Coordenador de Cidadania	Concretização / registros produzidos
	2	Realizar, pelo menos, duas ações anuais solidárias e/ou de voluntariado na comunidade.	Comunidade educativa / Coordenador de Cidadania	Concretização / registros produzidos
	3	Desenvolver, pelo menos, cinco atividades ou projetos distintos, nos estabelecimentos do Agrupamento, de promoção do respeito pelo ambiente.	Comunidade educativa / Coordenador Eco-Escolas	Concretização / registros produzidos
	4	Promover uma cultura de acolhimento e integração dos alunos imigrantes e recém-chegados ao Agrupamento e à comunidade.	Conselho Geral, Conselho Pedagógico e Direção	Grau de satisfação dos alunos sobre o seu processo de integração e participação
	5	Promover estratégias proativas de prevenção e resposta a comportamentos disruptivos.	Direção / Gab+ / SPO	Registos de intervenção e seguimento de caso
	6	Diversificar estratégias de intervenção em âmbito comportamental.	Direção / Gab+ / SPO	Registos de intervenção e seguimento de caso
	7	Diminuir em 10% o número de ocorrências disciplinares dentro e fora da sala de aula.	Direção / Gab+ / SPO	Análise estatística das participações disciplinares
	8	Criar, no início do ano letivo, um grupo de trabalho que enquadre e acompanhe a renovação da Associação de Estudantes, promovendo obrigatoriamente eleições até dezembro e proporcionando um espaço próprio de reunião e trabalho em cada EBS do Agrupamento.	Direção	Concretização / registros produzidos
B2 – Promoção de hábitos de participação ativa dos alunos na vivência pública e democrática	1	Contemplar no Regulamento Interno a realização de assembleias de turma, de ano, de ciclo e de escola, que devem reunir, pelo menos, uma vez por período.	Conselho Pedagógico	Concretização / registros produzidos
	2	Contemplar no Regulamento Interno a criação do Conselho de Delegados de Turma que deve reunir, pelo menos, uma vez por período.	Conselho Pedagógico	Concretização / registros produzidos

	3	Informar sobre os órgãos autárquicos da comunidade e promover a participação cívica nos mesmos.	ETG/PTT/DT Coordenador de Cidadania	Concretização / registos produzidos
OBJETIVO ESTRATÉGICO C: MELHORAR RESULTADOS				
OBJETIVOS OPERACIONAIS	N.º	METAS	RESPONSÁVEL	INDICADORES DE MEDIDA/EVIDÊNCIAS
C1 – Promover uma Escola Inclusiva, plural e ajustada à realidade contemporânea e às necessidades próprias dos alunos	1	Aprofundar e renovar estratégias e práticas de educação inclusiva.	Direção/Conselho Pedagógico/EMAEI	Diferenciação pedagógica/relatórios de avaliação e atas
	2	Consolidar uma abordagem multinível implementando medidas adequadas à realidade educacional de cada aluno.	Direção/Conselho Pedagógico/EMAEI	Diferenciação pedagógica/relatórios de avaliação e atas
	3	Consolidar a implementação do Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular.	Direção/Conselho Pedagógico/EMAEI	Prossecução dos objetivos definidos/relatórios/registos
	4	Aumentar a qualidade de resposta do CAA.	Direção/Conselho Pedagógico/EMAEI	Respostas proporcionadas/relatórios
	5	Garantir o apoio especializado e terapêutico a todos os alunos.	Direção/Conselho Pedagógico/EMAEI	Respostas proporcionadas/relatórios
	6	Implementar práticas de coadjuvação docente em sala de aula.	Direção/EMAEI	Respostas proporcionadas/relatórios
	7	Promover o acesso a pelo menos 10% dos alunos, docentes e não docentes, a formação no âmbito da inteligência emocional.	Conselho Pedagógico/CFVM	Concretização/registos e reflexos produzidos
	8	Promover formação docente sobre Educação Inclusiva, medidas de suporte e recursos específicos de apoio à aprendizagem e inclusão.	Conselho Pedagógico/CFVM	Concretização/registos e reflexos produzidos
	9	Elaborar um Plano Estratégico de Orientação Escolar e Vocacional considerando as variáveis locais e regionais.	Conselho Pedagógico/Gab+/SPO	Elaboração/Concretização/implementação/registos produzidos
	10	Organizar anualmente um encontro com antigos alunos para partilha das suas experiências.	Direção/ Gab+/SPO/Associação de Estudantes	Concretização/registos produzidos
	11	Criar clubes, projetos e outras propostas alternativas, visando a melhoria das relações interpessoais e que vão ao encontro das expectativas dos alunos.	Comunidade educativa	Concretização/registos produzidos

	12	Em colaboração com Universidades, Politécnicos e Empresas, organizar anualmente uma Semana das Profissões, com workshops e palestras.	Direção/Associação de Estudantes	Concretização/registos produzidos
C2 – Melhorar os resultados académicos	1	Aprofundar o trabalho colaborativo e a articulação pedagógica entre docentes e estruturas do Agrupamento.	Conselho Pedagógico/Departamentos	Concretização/registos produzidos/relatórios e atas
	2	Incrementar em 5% os resultados da avaliação interna dos alunos em todos os níveis de ensino.	Conselho Pedagógico/Departamentos	Estatística dos resultados obtidos/relatórios de avaliação
	3	Incrementar em 5% os resultados da avaliação externa dos alunos em todos os níveis de ensino.	Conselho Pedagógico/Departamentos	Estatística dos resultados obtidos/relatórios de avaliação
	4	Reforçar as dinâmicas das Bibliotecas Escolares no apoio ao currículo, promoção de leitura e ligação do Agrupamento à comunidade.	Coordenador das Bibliotecas Escolares	PAA/relatórios de avaliação
C3 – Promover competências digitais	1	Promover regularmente ações de formação que tenham o objetivo de melhorar as competências digitais de toda a comunidade escolar, nomeadamente dos alunos e pais e encarregados de educação.	Direção/CFVM	Concretização/registos e reflexos produzidos
	2	Promover a desmaterialização dos processos de aprendizagem, nomeadamente dos instrumentos de avaliação.	Direção/Conselho Pedagógico/Departamentos	Concretização/verificação dos novos suportes
OBJETIVO ESTRATÉGICO D: MELHORAR AS CONDIÇÕES FÍSICAS DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO				
OBJETIVOS OPERACIONAIS	N.º	METAS	RESPONSÁVEL	INDICADORES DE MEDIDA/EVIDÊNCIAS
D1 – Melhorar o parque informático, softwares e redes do Agrupamento	1	Renovar o parque informático e garantir a melhoria das velocidades de acesso à internet em todos os estabelecimentos de ensino do Agrupamento.	Direção e autarquia	Concretização/relatórios
	2	Assegurar investimento em software adequado aos nossos tempos.	Direção e autarquia	Concretização/relatórios
D2 – Melhorar o nível de conforto da comunidade escolar nos estabelecimentos de ensino do Agrupamento.	1	Promover a melhoria do conforto da comunidade escolar em todos os estabelecimentos de ensino do Agrupamento (ergonómico e térmico).	Direção e autarquia	Concretização

VII – IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO

1. Instrumentos de implementação

O presente Projeto Educativo pretende tão-somente estabelecer linhas mestras de orientação para a ação sendo que as medidas práticas de atuação quer de administração, quer de natureza pedagógica, deverão ser concretizadas através ou em articulação com seguintes instrumentos de implementação:

- Regulamento Interno
- Planos Anuais de Atividades do Agrupamento
- Programa Eco-Escolas
- Projeto de Intervenção da Diretora
- Despacho Normativo de Organização do Ano letivo
- Projeto Curricular de Grupo
- Planos de Turma
- Planos de Melhoria das Bibliotecas Escolares
- Regulamento de Funcionamento das Atividades de Enriquecimento Curriculares (AEC's)
- Regimento Interno das Atividades de Animação e Apoio à Família
- Planos de Atividades das Associações de Pais.

2. Avaliação e Divulgação

O órgão de Direção e todas as unidades da estrutura de coordenação educativa e supervisão pedagógica devem submeter o Projeto Educativo, ao longo da sua vigência, a um processo de monitorização do seu desenvolvimento e, periodicamente, proceder à aferição de metas alcançadas e dos objetivos atingidos. Compete ao Conselho Geral acompanhar e avaliar a execução do Projeto Educativo através das metodologias que entender implementar. Compete ao Conselho Pedagógico propor mecanismos de avaliação dos desempenhos organizacionais e dos docentes, bem como da aprendizagem dos alunos, credíveis e orientados para a melhoria da qualidade do serviço de educação prestado e dos resultados das aprendizagens. A equipa de autoavaliação, por sua vez, operacionaliza as orientações daqueles órgãos com o principal propósito de acompanhar e avaliar a implementação das estratégias previstas neste projeto e verificar se estão a ser alcançados os resultados pretendidos.

A análise crítica, reflexão e a autoavaliação devem ser instrumentos de aferição utilizados de forma contínua por todos os responsáveis, incidindo sobre os indicadores de desempenho coletivo da organização e as prestações de todos os intervenientes, bem como sobre os resultados da avaliação interna e externa do Agrupamento.

Igualmente devem ser de forma frequente avaliados os processos estabelecidos e os procedimentos praticados visando identificar os problemas detetados no funcionamento do Agrupamento, com vista a apresentar ao Conselho Geral e ao Conselho Pedagógico recomendações de ajustamento ou correção do Plano de Ação estabelecido, de forma a ser constante o trajeto de aperfeiçoamento do serviço público de educação prestado pelo AESP à comunidade.

A divulgação do Projeto Educativo será feita através (1) dos órgãos do Agrupamento (conselho geral, direção e conselho pedagógico, departamentos, conselho de docentes e conselho de diretores de turma, associações de pais, associação de estudantes); (2) da página Web do Agrupamento; (3) da disponibilização do documento nas bibliotecas do Agrupamento.

O Projeto Educativo entra em vigor no dia seguinte à sua aprovação em Conselho Geral e tem vigência para o triénio 2020-2023, mas poderá ser reformulado anualmente e sempre que se justifique.

VIII – SIGLAS E ACRÓNIMOS

- 1CEB – Primeiro Ciclo do Ensino Básico
- 2CEB – Segundo Ciclo do Ensino Básico
- 3CEB – Terceiro Ciclo do Ensino Básico
- AECs – Atividades de Enriquecimento Curricular
- AESP – Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, Caminha
- ASE – Ação Social Escolar
- CAA – Centro de Apoio à Aprendizagem
- CFVM – Centro de Formação Vale do Minho
- CG – Conselho Geral
- CP – Conselho Pedagógico
- DGEstE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
- DT – Diretor de Turma
- EBS – Escola Básica e Secundária
- EMAEI – Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva
- EPE – Educação Pré-Escolar
- ES – Ensino Secundário
- ETG – Educador Titular de Grupo
- Gab+ – Gabinete de Apoio ao Aluno
- ME – Ministério da Educação
- PAA – Plano Anual de Atividades
- PTT – Professor Titular de Turma
- SPO – Serviço de Psicologia e Orientação

IX – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Azevedo, R., Fernandes, E., Lourenço, H., Barbosa, J., Silva, J. M., Costa, L. & Nunes, P. S. (2011). *Projetos Educativos: Elaboração, Monitorização e Avaliação - Guião de Apoio*. Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação, I.P..
- Costa, Jorge Adelino (2007). *Projetos em educação. Contributos de análise organizacional*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Roldão, M. do Céu (1999). *Gestão curricular, Fundamentos e Práticas*. Lisboa: ME/DEB
- Azevedo, Rui et. al. (2011). *Projetos educativos: elaboração, monitorização e avaliação – guião de apoio*. Lisboa: ANQ

X – DOCUMENTOS CONSULTADOS

- Carta de Missão da Diretora
- Regulamento Interno do AESP
- Estratégia 2020 para a educação, disponível em http://ec.europa.eu/europe2020/europe-2020-in-anutshell/targets/index_pt.htm
- Perfil do Aluno à saída da escolaridade Obrigatória, disponível em: http://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf
- Estratégia de Educação para a cidadania, disponível em: <http://www.dge.mec.pt/educacao-para-acidadania/documentos-de-referencia>
- Plataforma MISI

XI – LEGISLAÇÃO

- Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE)
- Lei Quadro da Educação Pré-Escolar
- Decreto-Lei no 75/2008, de 22 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei no 137/2012, de 2 de julho (RAAG)
- Decreto-Lei no 139/2012, de 5 de julho
- Decreto-Lei no 55/2018, de 6 de agosto
- Decreto-Lei no 54/2018, de 6 de agosto